

Governos param de pedir 18 JUN 1996 antecipação de receita

Banco Central atribui queda a programa de ajuste fiscal criado pelo Planalto

MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — Pela primeira vez nos últimos 17 meses, os governos estaduais não pediram e não receberam do Banco Central, em maio, nenhuma autorização para empréstimos de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). A adesão dos governadores ao Programa de Ajuste Fiscal e Reestruturação dos Estados, criado pelo governo federal no final do ano passado, foi, segundo o Banco Central, o principal motivo da falta de demanda por créditos de ARO.

Como as prefeituras estão temporariamente impedidas de tomar este empréstimo, o fluxo de autorizações para contratação de novas operações ARO foi nulo no mês passado. O prazo legal para contratação de operações desta natureza pelos municípios, em 1996, terminou em 2 de abril, por causa das eleições.

Os Estados, em vez de optar por

créditos de ARO e, portanto, empréstimos de curto prazo, preferiram recorrer a linhas de longo prazo oferecidas pela Caixa Econômica Federal (CEF) — um dos principais objetivos do governo com o programa. Segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, 19 Estados aderiram.

Regras — Pelas regras do programa, o Estado que toma as linhas oferecidas por intermédio da CEF não pode mais fazer novas operações de ARO. Daí a queda de demanda pelos governadores, explicou o BC.

O Departamento de Dívida Pública (Dedip) do BC, responsável pelo controle das operações ARO, informou que o contingenciamento imposto no final do ano passado sobre os bancos também contribuiu. Por decisão do Conselho Monetário, os bancos foram obri-

CRÉDITO DA
CEF SUBSTITUI
OPERAÇÕES
DE ARO

gados a limitar o estoque de operações desta natureza ao saldo de 5 de dezembro do ano passado, o que inibiu a concessão de novos créditos. Operações de substituição de dívida de ARO por outra ARO, porém, continuaram permitidas para Estados que não quiseram entrar no programa de ajuste do governo federal.